

# Violência Obstétrica: O Impacto da Falha Legislativa na Proteção da Saúde Materna e Neonatal. Um trabalho de revisão.

**Budzinski, I. L.\*<sup>1</sup>**, Valverde, B. V. F.<sup>1</sup>, Baldo, L. S.<sup>1</sup>, Boverio, P. H. F.<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> União das Faculdades dos Grandes Lagos. Faculdade de Medicina, UNILAGO, SJRP, SP, Brasil.

E-mail: laysbud@gmail.com

*Palavras-chave: violência obstétrica, abusos, práticas médicas, lei.*

## INTRODUÇÃO

Violência obstétrica é o termo utilizado para caracterizar os abusos sofridos por mulheres quando procuram serviços de saúde, sejam públicos ou privados, durante a gestação, na hora do parto, nascimento ou pós-parto. Esse fenômeno pouco abordado contempla comportamentos profissionais que violam a dignidade, a integridade e a autonomia das mulheres parturientes, o que envolve humilhações verbais, falta de informações e consentimento. Nesse contexto, são observados diversos tipos de violência obstétrica que impactam não só a saúde, como a ética e a moral das pacientes.

## OBJETIVOS

Descrever os direitos já existentes das gestantes e discutir o Projeto de Lei: 422/23, a fim de elucidar práticas que sejam eficazes para a neutralização de abusos.

## METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica que analisou dois artigos a respeito da violência obstétrica, somados a um caso de condenação por esse ato e ao projeto de lei criado para evitá-lo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema foi discutido devido ao elevado número de cesáreas no Brasil, apesar da cirurgia ser aconselhada somente quando há risco notável para a saúde da gestante ou do feto. É vital que o obstetra saiba seus deveres, entre eles a informação dos tipos de parto e os direitos da gestante. Um direito garantido pela Lei nº 11.108/2005 é o de um acompanhante por todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato, entretanto, dentro das maternidades as mulheres relatam a desinformação dessa lei, restrições na escolha do acompanhante (como sexo ou relação familiar), ou ainda a negação de companhia <sup>1</sup>. Ademais, é dever do médico dominar os procedimentos de parto recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), todavia, a ocitocina tem sido usada de forma sintética para aumentar e acelerar as contrações, intensificando dores e desconfortos nas pacientes. A ocitocina é um hormônio produzido no hipotálamo, caracterizada pela sua função de contrações uterinas durante o trabalho de parto, com uso artificial contraindicado pela OMS, exceto em casos especiais. Esse erro médico tem sido realizado em todo o Brasil – “40% receberam ocitocina e realizaram aminiotomia (ruptura da membrana que envolve o feto)” <sup>1</sup> – devido a

impaciência dos obstetras, os quais superlotam as agendas e apressam o processo de nascimento. Cabe destacar que, não é possível isolar o uso da ocitocina de outras intervenções no parto, evidenciando o "efeito cascata de intervenções", cada intervenção usada teria de ser regulada por outra intervenção, e assim sucessivamente <sup>2</sup>. "Em 18 de janeiro de 2023, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu um comunicado no qual informava que, no caso Brítez Arce e outros Vs. Argentina, o Estado argentino foi o responsável pela violência obstétrica e pela morte de Cristina Brítez Arce". O resultado da negligência com a gestante frente aos fatores de uma gestação de risco foi seu falecimento com 38 anos e mais de 40 semanas de gestação <sup>3</sup>. Ao trazer esse fato para o âmbito nacional, é possível abordar a violência obstétrica por parte dos médicos, e como resultado negativo, pode levar o Brasil a comparecer perante a mesma Corte Interamericana. Portanto, o Projeto de Lei 422/23 está sendo pensado com o objetivo de regulamentar quais procedimentos serão considerados violência obstétrica. Cabe ressaltar que, para procedimentos não especificados em lei, é necessário que o médico siga as recomendações da OMS e a autonomia da parturiente, nesse sentido, não recomenda procedimentos que acarretam riscos para a mãe ou bebê, como a Manobra de Kristeller, que consiste em aplicação de pressão no útero da mulher a fim de empurrar o conceito, no momento do parto <sup>4</sup>.

## CONCLUSÃO

Com o estudo, destaca-se a importância de abordar esse fenômeno preocupante que afeta as mulheres. Dessa forma, a violência

obstétrica pode assumir várias modalidades, desde a negação de tratamento adequado até a falta de informação. É essencial reconhecer que o contexto discutido não deve ser tolerado em nenhum cenário de assistência à saúde. As mulheres têm o direito fundamental de receber cuidados de saúde que respeitem sua dignidade, autonomia e integridade física e emocional. Para isso, é fundamental que os médicos e profissionais de saúde estejam cientes de suas responsabilidades éticas e legais na prestação de cuidados obstétricos. A discussão sobre a falta de uma legislação específica para a violência obstétrica e a necessidade de promulgar leis que a reconheçam como crime é crucial. O Projeto de Lei 422/23, mencionado anteriormente, é um passo na direção certa, estabelecendo critérios claros para definir e reprimir a violência obstétrica. Além disso, a conscientização pública sobre os direitos das mulheres durante a gravidez e o parto é indispensável na prevenção da violência obstétrica. Por fim, as mulheres devem estar informadas sobre seus direitos e serem encorajadas a denunciar qualquer forma de abuso que enfrentem.

## REFERÊNCIAS

1. Zanardo GLP, et al. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. *Psicol. Soc.* 2019; 29: e155043.
2. NUCCI, Marina, et al. Ocitocina sintética e a aceleração do parto: reflexões sobre a síntese e o início do uso da ocitocina em obstetria no Brasil. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018, p.979-998.
3. Caso Brítez Arce e Outros vs. Argentina: Corte IDH condena país por violência obstétrica. MPPR: Ministério Público do Paraná, 2023 [Internet]. Available from: <https://site.mppr.mp.br/direito/Noticia/Caso-Britez-Arce-e-Outros-vs-Argentina-Corte-IDH-condena-pais-por-violencia>.
4. PL 422/2023 [Internet]. Portal da Câmara dos Deputados. Available from: <https://www.camara.leg.br/PROPOSTAS-LEGISLATIVAS/2348308>